

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Regional

Representação

Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT)

Representantes



Titular

Fábio Floriano Haesbaert

Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat)

(Compareceu)



Suplente

Wilson de Azevedo Filho

Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat)

(Compareceu)



Assessora Técnica

Cristiane de Souza Soares

Especialista Executiva

Assessoria de Gestão das Representações (CNC)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 10 de junho de 2021

O representante do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) apresentou as premissas para que a Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT) proceda com o acompanhamento do Programa Águas Brasileiras, no qual estão elencados os cinco elementos que permitirão a verificação:

- Criação do portal eletrônico de acompanhamento;
- Sistema de aperfeiçoamento progressivo;
- Automação progressiva;
- Aquisição da plataforma marketplace;
- Transparência ativa.

A primeira rodada selecionou 26 projetos para serem executados dentro das quatro bacias eleitas como prioritárias – São Francisco, Parnaíba, Taquari e Tocantins-Araguaia. Dentre as funcionalidades apresentadas, está a possibilidade de as empresas se candidatarem como apoiadoras dos projetos, recebendo o Selo Aliança pelas Águas. Intenciona-se que sejam realizadas prestações de contas para a CTIGAT a cada três meses. Além do MDR, a Controladoria-Geral da União (CGU) também irá acompanhar a execução orçamentária dos projetos.

O representante da Agência Nacional de Águas (ANA) solicitou esclarecimentos sobre a abrangência dos projetos nos municípios que compõem a bacia hidrográfica atendida. Da mesma forma, pediu que houvesse compatibilidade de metas dos projetos com a insegurança hídrica apontada no Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), que

destacou a existência 76 milhões de pessoas em risco de não serem atendidas por algum recurso hídrico.

Em seguida, teve início a apresentação de Porte Médio da Bacia do Prata (PPM-Prata), que vem sendo desenvolvido no âmbito intergovernamental por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e participação da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo é preparar o processo de implementação prioritária de ações nacionais e regionais identificadas no Programa de Ações Estratégicas (PAE). O PPM-Prata está estruturado em seis subgrupos: Sistema de suporte a tomada de decisão; Planejamento, gestão sustentável de recursos; Proteção e reabilitação ambiental; Educação, comunicação e participação pública; Pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e Institucional e legal.

Os subgrupos Planejamento, gestão sustentável de recursos e Proteção e reabilitação ambiental foram considerados estratégicos e estão sendo coordenados pelo Brasil.

As etapas de execução do PPM-Prata estão estruturadas em: Programa Marco, que ocorreu entre 2011 e 2017; Concepção de projetos, que se iniciou em 2019 e se encerra em 2021; e Avaliação de novos projetos e programas, que terá início em 2022.

As ações deverão ter um custo aproximado de US\$ 2 milhões e serão organizadas em cinco componentes: consolidação da cooperação geral; facilitação das ações nacionais; difusão e divulgação; gestão do projeto; e coordenação regional do projeto.

As ações que estavam em andamento foram fortemente impactadas pela pandemia, por isso deverão ser avaliadas para possíveis dilatações de prazos. A avaliação de novos projetos está calcada nos problemas reais, estando remetida às seguintes bacias hidrográficas: sub-bacia do Alto e Baixo Paraguai; sub-bacia do Alto e Baixo Paraná; sub-bacia do Alto e Baixo Uruguai; e Bacia do Prata.

Os problemas que foram apontados como mais graves e que devem ser contemplados pelos projetos são: eventos hidrológicos extremos (secas e inundações); qualidade de água; sedimentação dos corpos e cursos d'água; alteração e perda da biodiversidade; esgotamento dos recursos pesqueiros; uso indiscriminado dos aquíferos; conflitos de uso pela água e impacto ambiental dos culturas irrigadas; falta de planos de contingência frente aos desastres ambientais; insalubridade da água e deterioração da saúde ambiental; limitações de navegação e hidrelétricas.

Os problemas levantados foram organizados em cinco programas: Gestão integrada de recursos hídricos na Bacia do Prata; Planejamento dos recursos hídricos e controle de degradação nas áreas vulneráveis prioritárias; Programa de segurança hídrica e manejo do solo; Programa de adaptação da Mudança climática e gestão de riscos na Bacia do Prata; e Programa de produção de agropecuária sustentável.

O MDR exemplificou alguns dos projetos que estão sendo propostos pelo Brasil, que são: Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (modalidade EAD bilíngue); Sistema de Alerta Temprano Hidrometeorológico (SATH); estimativa e projeção especializada de usos consultivos da água da Bacia do Prata; inventário e manejo de espécies; e Programa Produtor de Água na Bacia do Prata.

Após os relatos dos andamentos referentes aos Grupos de Trabalho, a gerente de Política e Planejamento da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Adriana Lustosa, apresentou a condução da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 2022-2040, citando os três documentos norteadores: Diagnóstico e prognóstico; Plano de ação; e Anexo Normativo. Ela informou que estes documentos estão servindo de base para todas as oficinas setoriais e, também, com a sociedade civil, além de oficinas regionais, oficinas temáticas; oficinas de consolidação e oficinas de pactuação.

A próxima reunião da CTIGAT foi agendada para 5 de agosto de 2021.